



ATA N.º 6/2018

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE JULHO DE 2018
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,
REALIZADA A 9 DE JULHO DE 2018

-----No dia 9 de julho de 2018, no Salão Nobre do Edifício dos Antigos Paços do Concelho de Lagos, reuniram-se em Sessão Extraordinária de julho, convocada ao abrigo do n.º 1 do Artigo 28.º e da alínea b) do n.º 1 do Artigo 30.º, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e do Regimento em vigor, os Membros da Assembleia Municipal de Lagos, com a seguinte **ORDEM DO DIA**:

➤ **PONTO ÚNICO - Apresentação do documento estratégico “O Algarve pós 2020, a perspetiva dos Municípios - Contributo para o Portugal 2030”.**

-----**ABERTURA DA SESSÃO:** Tendo sido constituída a Mesa com todos os seus Membros presentes, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), verificada a existência de quórum, deu início à presente Sessão, quando eram 20 horas e 54 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

GRUPO MUNICIPAL	NOME/CARGO DO(A) MEMBRO
PS	Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes (Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)
PS	Carlos Manuel Pereira Fonseca (Presidente da Junta de Freguesia de Odiáxere)
PS	Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio (Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João)
PS	João Fernando Rosado Reis (Presidente da Junta de Freguesia da Luz)
PS	Joaquim Alexandre Imaginário Russo
PS	José Manuel da Silva Jácome (2.º Secretário)
PS	Márcio Filipe dos Santos Viegas
PS	Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato
PS	Maria João Travanca Gervásio Batista
PS	Maria Manuela de Jesus Duarte
PS	Maria Paula Dias da Silva Couto
PS	Paulo Alexandre Cota de Menezes Toste
PS	Paulo Filipe Henriques Marques Rodrigues Niza



Fl. 71v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

PS	Paulo José Dias Morgado (Presidente)
PS	Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo (1.ª Secretária)
LCF	Ana Margarida de Passos Águas Bento e Barros Martins
LCF	Carlos Francisco Graça da Glória
LCF	Fernando de Jesus Ildefonso
PSD	Rui Filipe Machado de Araújo
CDU	Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes
CDU	José Manuel da Glória Freire de Oliveira
BE	Ana Natacha Duarte Álvaro
PAN	Margarida Maurício Correia

-----**ENTROU JÁ NO DECURSO DA SESSÃO**, no momento indicado nesta Ata, o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
PSD	Alexandra Cristina Neves Pargana

-----**FALTOU A ESTA SESSÃO O MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, a seguir indicado:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO
CDS	Artur José Gomes Rêgo

-----**MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA SESSÃO:**

PARTIDO	NOME/CARGO DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL
PS	Maria Joaquina Baptista Quintans Matos - Presidente
PS	Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Vice-Presidente
PS	Paulo Jorge Correia dos Reis - Vereador
PS	Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora
PS	Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador
PSD	João António do Rio Rosa Bravo - Vereador
LCF	Maria Filomena Vieira de Jesus Sena da Cunha Lima - Vereadora

-----**PONTO ÚNICO - APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO ESTRATÉGICO “O ALGARVE PÓS 2020, A PERSPETIVA DOS MUNICÍPIOS - CONTRIBUTO PARA O PORTUGAL 2030”**: Foi dispensada a leitura da documentação para este Ponto, uma



vez que a mesma tinha sido oportunamente enviada aos Grupos Municipais e aos Membros da Assembleia Municipal, a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-605-4.-----

-----O Sr. Primeiro Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Joaquim Brandão Pires, deu a conhecer o compromisso assumido, aquando da sua tomada de posse, da AMAL passar a vir mais às Assembleias Municipais para partilhar temas e promover debates. Apresentou depois o diagnóstico da situação, partilhando um conjunto muito alargado e aprofundado de dados que permitiram aos presentes compreender a importância de se trabalhar o melhor possível a proposta da Região e do País para o próximo período de programação da União Europeia (2021-2027) e respetivo orçamento. As implicações e impacto financeiro do Brexit, o corte perspectivado de 7% na Política de Coesão e de 5% na Política Agrícola Comum, a redução do montante dos apoios previstos para Portugal e as restrições impostas ao Algarve (no montante a receber, na intensidade e na tipologia de apoios) por ser considerada uma Região em transição face aos indicadores adotados, que são altamente penalizadores para a Região, foram algumas das muitas informações deixadas. Passou também em revista os desequilíbrios da Região, quer em termos da estrutura económica excessivamente suportada no Turismo, quer ao nível territorial e demográfico, pela acentuada concentração da população na zona litoral (4/5 da população reside em 1/5 do território), pela perda de população e envelhecimento da mesma. A estes fatores somam-se o problema da habitação, o problema da falta de mobilidade e de algumas infraestruturas sociais. Deixou notas de otimismo, nomeadamente com a proposta da estratégia da região para a próxima década, a qual está estruturada em 8 grandes eixos e desafios: 1 – Governação Regional e Investimento Público (reforçar o peso político dos Órgãos da Região e promover um acordo quanto às infraestruturas centrais para o Algarve); 2 – Adaptação às Alterações Climáticas (a gestão da água; construção de barragens; a reutilização de águas residuais tratadas; a preservação dos aquíferos; a investigação e desenvolvimento da tecnologia de dessalinização da água do mar; a valorização das áreas protegidas) 3 – Demografia, Economia, Emprego e Inovação (criação de incentivos para atrair jovens à Região; captação de imigração; atração de investimento); 4. Baixas Densidades e Interioridade (rever e desburocratizar os modelos de implementação de projetos, nomeadamente pelas agências de desenvolvimento local); 5 – Mobilidade (a aposta na ferrovia e numa rede articulada de transportes públicos, introduzindo novas soluções de mobilidade); 6 – Requalificação Urbana e Habitação (criar respostas para um problema que é fulcral e que afeta não só as franjas mais desfavorecidas da população, como igualmente a classe média); 7 – Saúde, Redes de Transportes e Equipamentos (a construção do Hospital Central do Algarve; Estabelecimentos Prisionais; Centros Educativos; Estruturas de apoio à população idosa); 8 – Cultura e Identidade Regional (a valorização do legado dos Descobrimentos; a apresentação de candidatura a Capital Europeia da Cultura em 2027; a criação de um Centro de Arte Contemporânea; o ressurgimento de uma Televisão Regional que produza conteúdos sobre o Algarve). Esta intervenção foi feita com o apoio de uma exibição em PowerPoint, a qual é composta pelos seguintes diapositivos:



Fl. 72v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL D E LAGOS

O Algarve pós 2020 na Perspetiva dos Municípios

Contributo para a Reflexão Portugal 2030

Assembleia Municipal de Lagos,
9 de Julho de 2018

Brandão Pires (jpires@am-lagos.pt)



Enquadramento do Algarve 2020 - 2030

Novo período de programação europeia: 2021-2027:


Uma questão central vem dificultar a já tradicionalmente complexa discussão em torno das contribuições orçamentais. Trata-se do Brexit. A saída britânica, na primavera do próximo ano, significa uma redução de 10 mil milhões de euros por ano para o orçamento comunitário.

Outras questões que estão a marcar o próximo orçamento decorrem da necessidade de vir a incluir um reforço das despesas para a gestão migratória, para a defesa e segurança interna, para as alterações climáticas e demografia.

O primeiro orçamento de longo prazo da UE foi apresentado. Apreensão por parte de Portugal.




Níveis de Desenvolvimento das Regiões da Europa (NUTS 2)



Regiões menos desenvolvidas: PIB per capita (em termos de PPA) inferior a 75 % da média da UE-27


Regiões em transição: PIB per capita (em termos de PPA) entre 75 % e 90 % da média da UE-27

Regiões mais desenvolvidas: PIB per capita maior ou igual a 90 % da média da UE-27




Desequilíbrios Estruturais do Algarve:

1. Uma região que gira em torno do turismo e que nos últimos anos se tem sobre especializado, com pouca integração da economia regional. Não existe articulação entre a oferta produtiva regional e a procura gerada pelo turismo que sustenta a sua principal produção à custa de elevadas importações;
2. As expectativas dos jovens, cada vez mais qualificados não encontram colocação na região por parte do tecido empresarial. O modelo seguido tem vindo a criar muitos empregos, mas pouco qualificados;
3. O Litoral concentra a grande parte da população, das empresas, dos empregos, dos equipamentos, das infraestruturas e serviços. Em contrapartida o interior tem vindo a definir;




Desequilíbrios Estruturais do Algarve:

4. Uma região sem poder de decisão quer económico, quer político. Os centros de decisão estão fora da região;
5. Uma região que está a envelhecer e que se mostra menos capaz de atrair pessoas em idade ativa e que está a perder alguns valores da sua identidade cultural;
6. Uma região que precisa de ser percorrida e usufruída. Mas que é lenta, congestionada, pouco fluida por ausência de vias eficazes e transportes colectivos e com carências acentuadas em domínios como a habitação, saúde e equipamentos sociais.




1. Governação Regional e Investimento Público

- Construir uma Estratégia Regional do Algarve para a próxima década, numa base de grande participação, negociada e aceite pela região;
- Estabelecer um Pacto Regional para a governança, concretizando o processo de descentralização em curso, garantindo uma liderança regional legitimada, bem como um Programa de Infra-estruturas e Equipamentos a executar em 10 anos, com calendário e programação financeira;
- Constituir um Fundo de Coesão Regional que resulte da comparticipação dos Fundos comunitários, do Estado Central e dos Municípios.



2. Adaptação às Alterações Climáticas

- A atmosfera e os oceanos aqueceram, a quantidade de neve e de gelo diminuíram, e o nível médio do mar aumentou, devido ao excesso de emissão de gases com efeito estufa.
- Nos últimos anos, o território do Algarve tem lidado com situações diversas decorrentes de eventos climáticos relacionados com ondas de calor, incêndios florestais, inundações e cheias rápidas, galgamentos e erosão costeiras ou secas hidrológicas.
- Os aspectos que mais se tem afirmado como preocupantes são a elevação do nível médio das águas do mar (NMG), o aumento da temperatura, a diminuição da precipitação e o aumento de eventos extremos.
- Executar o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas (AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve), proceder à sua revisão regular e promover a concretização das Estratégias Municipais (<https://www.climaa.com/>);
- Desafios da Água, Áreas Protegidas e Floresta




3. Demografia, Economia, Emprego e Inovação

- No Algarve faltam pessoas. Sobretudo pessoas em idade ativa. O Algarve está envelhecido, como o país. Impõe-se desenvolver políticas ativas de captação de população jovem;
- Promover a Universidade do Algarve enquanto instituição de acolhimento de uma grande comunidade de estudantes internacionais;
- Apostar nos Centros e Polos Tecnológicos que façam a ligação Universidade e empresas nos domínios da RS&D e qualificar e promover as Áreas de Acolhimento Empresarial;
- O Mar tem de ser um desígnio regional, foi sempre parte integrante do Algarve. No passado e no presente a região soube endogeneizar este recurso como elemento central do seu desenvolvimento;
- Fomentar a contratação de uma Agência com a incumbência de captar e orientar investimento produtivo para o Algarve. Estar atento às oportunidades decorrentes do BREXIT.




4. Baixa Densidade e Interioridade

- Desbloquear os territórios do interior, passa por intervenções integradas. A animação de terreno, o agenciamento do desenvolvimento e a formação, são essenciais para uma estratégia ganhadora. Os atuais menus não permitem. As boas práticas do passado, metodologia Leader, referenciadas e premiadas foram interrompidas. Os catálogos das intervenções vêm formatados, são despejados nos territórios e não respondem às suas necessidades.
- Estabelecer um Programa de Desenvolvimento Integrado do Interior do Algarve de base comunitária multifundada e de acordo com a metodologia LEADER;
- Criar de uma fonte de financiamento especial para o desenvolvimento local de base comunitária (Fundo DLBC), para o qual contribuiriam os quatro FEEI (FEADER, FEDER, FSE e FEAMP). Para se alcançar resultados, há que investir verbas suficientes, para ter impacto;
- Concretizar um Plano de infraestruturas de rede de suporte ao desenvolvimento e instalar uma "rede digital de alta velocidade" no interior;



5. Mobilidade

- O Algarve é a região do país com pior cobertura de transportes públicos. A taxa de utilização de transporte coletivo em Portugal é muito baixa, 20%, mas a do Algarve é cerca de metade desta, 10%;
- Deveremos dar grande importância aos sistemas Multimodais que permitam combinar modos de transportes e fazer facilmente a transição entre eles;
- Promoção de transportes públicos sustentáveis. Concretizar o concurso de concessão do Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros do Algarve, no âmbito da AMAL;
- Manter a requalificação regular da EN125 e estudar as várias possibilidades de tornar a A22 mais utilizada;
- Eletificação da ferrovia nos troços entre Faro e Vila Real de Santo António e entre Tunes e Lagos de modo a permitir a utilização de tração elétrica pelos serviços regionais;





6. Requalificação Urbana e Habitação

- Prosseguir e concluir a nova geração de PDU's;
- Ordenar as Zonas ribeirinhas e assegurar a sua transferência para a gestão dos municípios;
- A Requalificação Urbana deverá ter uma dimensão estratégica para as cidades e vilas da Região durante a próxima década;
- Garantir a colocação de casas no mercado habitação a custos controlados a fim de satisfazer a procura não satisfeita;
- Reforçar a importância da habitação social na oferta regional.

7. Saúde, Rede de Infraestruturas e Equipamentos

- Construção do Hospital Central Universitário do Algarve;
- Consolidar o curso de medicina e ciências da Saúde da Universidade do Algarve;
- Realizar um conjunto de Investimentos Prioritários na Rede Escolar Regional;
- Reforçar a Rede de Equipamentos Sociais de Apoio à Deficiência;
- Reforçar a Rede de Apoio a Idosos, destinados, sobretudo, à população com maiores dificuldades económicas;
- Redefinir a Rede Prisional do Algarve o que passa pela edificação de um EP, a requalificação do EP de Olhão para reclusão de mulheres, e a adaptação do Estabelecimento Prisional de Silves a Centro Educativo do Algarve.

8. Cultura e Identidade Regional

- Sagres tem de ser um designio nacional associado à globalização. Neste momento Sagres faz parte da lista indicativa da UNESCO;
- Faro-Algarve capital da cultura 2027. O ano da candidatura é já em 2021. Pode ser um instrumento para afirmar a Identidade da Região;
- Criar o Museu/Centro de Arte Contemporânea, a Serralves do Algarve. Valorizar a Região;
- Há que valorizar os Centros Interpretativos arqueológicos existentes ou com grande potencial: Milreu, Alcalar, Gualtalope, Abacoia, Balsa, Vila Nova de Cacela;
- Organizar um Festival Literário do Algarve relevante a nível nacional. Rotativo, por exemplo a partir da Rede de Bibliotecas. Temos muitos nomes relevantes na literatura portuguesa;
- Assumir a nível regional a Dieta Mediterrânea, Património Imaterial da Humanidade, e reforçar a sua importância enquanto um dos mais importantes símbolos da nossa Identidade;
- Pagar pela cidadania no sentido de pertença a esta região. Criar prémios regionais, a figura de cidadão honorário do Algarve. Criar uma rede de Embaixadores Honorários da Região a partir da Diáspora;
- Fomentar o ressurgimento da Televisão Regional e a regularidade de conteúdos noticiosos sobre a região.

Muito obrigad@

-----**ENTRADA DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Durante esta apresentação, entrou na sala o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

GRUPO MUNICIPAL	NOME DO MEMBRO	HORA
PS	Alexandra Cristina Neves Pargana	21.03

-----**INTERRUPÇÃO DA REUNIÃO:** Neste momento, eram 22 horas e 8 minutos, o Sr. Presidente da Mesa, Paulo Morgado (PS), declarou interrompidos os trabalhos da Reunião para um breve intervalo, tendo os mesmos sido retomados às 22 horas e 22 minutos.

-----O Sr. Paulo Toste (PS) começou por dar os parabéns ao Dr. Brandão Pires pela apresentação efetuada e pelo documento em causa, o qual contempla 44 atividades que contemplam o Algarve pós 2020. Referiu valorizar as temáticas referidas, dado que as mesmas melhoram todo o Algarve. Disse que a liderança regional é uma medida fundamental enquanto não se evoluir para a Regionalização, assim como o fundo de coesão regional. Destacou as questões relacionadas com as alterações climáticas. Referiu que cada um dos Concelho do Algarve já tem a sua particularidade e isso deveria ficar plasmado num futuro documento. Disse que seria interessante ser criada a marca Algarve. Referiu que outro tema que deverá ser destacado é o Mar, a todos os níveis.

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) começou por dizer que se estava perante um documento de intenções, o qual aborda várias problemáticas, as quais a todos preocupam. Disse que o Algarve é uma Região fantástica, mas tem problemas muito importantes, os quais, na sua maioria, estão plasmados no documento apresentado. Referiu que as questões a nível das alterações climáticas têm que ser tidas em conta e com muita preocupação, uma vez que as alterações climáticas vão retirar território ao Algarve e uma vez que o Algarve vive, quase na sua totalidade, do turismo, é uma



Fl. 73v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

situação muito preocupante. Referindo-se à exploração de hidrocarbonetos na costa Vicentina, perguntou onde estava a força conjunta de todos os Municípios do Algarve para colocar fim a esta pretensão.-----

-----A Sra. Paula Couto (PS) disse que a perda de força dos Municípios do Algarve nas decisões tomadas pelo Poder Central tem vindo a diminuir, é um facto constatado, e é preciso reverter essa situação, tendo a AMAL um papel fundamental nesse sentido. Referiu sentir falta, no documento apresentado, de uma melhor especificação relativamente ao investimento nas pessoas. Disse que o abandono escolar precoce é elevado no Algarve e isso tem que ser trabalhado e mais uma vez a AMAL pode ter um papel fundamental nesse trabalho, tendo como exemplos trabalhos feitos por outras Comunidades Intermunicipais. Referiu que a AMAL pode também trabalhar na valorização de algumas profissões, uma vez que as Escolas e o Centro de Emprego, por si, têm dificuldades nesta valorização. Sobre a mobilidade disse que tinha ideia de já estar no terreno um plano sobre mobilidade, mas possivelmente ainda está numa fase inicial.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que a União Europeia continua a ver o desenvolvimento de uma forma economicista, do PIB per capita e esquece-se do que é o desenvolvimento social e humano, pelo que um Quadro Comunitário que parte deste princípio, significa que qualquer coisa começa mal. Referiu que o diagnóstico feito no documento é, no geral, correto, uma vez que identifica uma série de problemas, mas só considera as questões pós 2020, quando tudo isto começou antes. Disse que o Algarve não tem poder de decisão, mas tem o poder de reivindicar de modo a minimizar o atual diagnóstico, negativo, que é referido pelo documento. Referiu que valia a pena perceber-se o que, possivelmente, tinha falhado antes. Disse que a palavra “Regionalização” é evitada no documento e no discurso. Referiu que cada vez se está mais dependente dos fundos comunitários, dado que o investimento do Poder Central é cada vez menor, pelo que se se verificar alguma falha dos fundos comunitários, deixa-se de assistir a um desenvolvimento sustentado. Disse que os pactos de regime feitos pelo Governo, têm estado associados a políticas liberais e isso não é bom, na opinião da CDU.-----

-----A Sra. Clara Rato (PS) referiu que o problema da habitação no Algarve, é grave e o documento aponta algumas soluções para o problema como o reforço da habitação social e a construção de habitação a custos controlados, só que a questão que se coloca é se terão que ser os Municípios a acarretar com este ónus, uma vez que as Câmaras não são um saco sem fundo. Disse que ficou com a ideia de que o documento serve mais para alertar para, do que para apresentar soluções concretas. Referindo-se à educação, disse que tinha sido feita uma grande aposta na educação de adultos com o programa “Novas Oportunidades”, tendo feito com que as pessoas tomassem conhecimento de quão importante é ter habilitações. Relativamente às zonas ribeirinhas disse que tinha que ser feito um esforço para se chegar a uma plataforma de entendimento, porque é muito complicado tratar de assuntos relacionados com o mar. Referiu que um sistema integrado de transportes é fundamental para o Algarve.-----

-----A Sra. Alexandra Pargana (PSD) disse que o que está em causa, no documento



apresentado, são os projetos, considerados essenciais, para o Algarve. Referiu que a marca “Algarve” deve ser mais explorada, mantendo as especificidades de cada Concelho e que se deve trabalhar na marca “Algarve dos Descobrimentos”. Disse que todos devem lutar pela construção do Hospital Central do Algarve. Referiu que a habitação permanente para jovens é um outro problema que necessita de rápida resolução. Disse que a Via do Infante deverá ser gratuita e que a rede de transportes tem que ser revista quer a nível da Região quer a nível local. Referiu que há que cativar os jovens que estudam na Universidade do Algarve a se fixarem no Algarve depois de concluídos os estudos. Terminou dizendo que todos se devem unir no sentido de reivindicar e conseguir concretizar todas as situações referidas, porque o Algarve é uno e não uma manta de retalhos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que o anterior quadro comunitário também foi apreciado na Assembleia Municipal, conjuntamente com a AMAL, tendo na altura sido produzido um livro pela AMAL, sobre o assunto. Referiu que muito do que consta no referido livro, foi passado para o documento apresentado, pelo que não foi feita nenhuma análise sobre o que não foi feito anteriormente sendo que isso leva que seja considerada catastrófica a atual situação do Algarve. Aproveitou para informar o Sr. Secretário Geral da AMAL para uma Petição que está a decorrer para a construção de um novo Hospital em Lagos, tendo convidado este a assiná-la online e a sugerir que a construção do Hospital em Lagos passasse a ser mais uma das reivindicações.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que um outro assunto que tem que ser, muito seriamente, analisado é o da água, sendo que é necessário tomar medidas no imediato.-----

-----O Sr. Rui Araújo (PSD) perguntou qual a data limite para os Grupo Municipais/Assembleia Municipal, enviarem contributos para a AMAL, no sentido de melhorar o documento apresentado.-----

-----O Sr. Paulo Toste (PS) sugeriu os seguintes itens como contributos do PS para o documento: - Agricultura/Agroturismo; - Centro Histórico Interpretativo dos Descobrimentos, em Lagos; - A Rota Vicentina e – Via Algarviana. Referiu que o documento reflete um diagnóstico e muitas intenções.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) disse concordar com toda a problemática levantada na sequência da investigação feita sobre os problemas do Algarve e concorda com as intenções de solução, no entanto era cético relativamente ao pragmatismo da ação relativamente à concretização das intenções. Referiu que se fala de Região, mas não se fala de Regionalização, não conseguindo distinguir se isso será intencional ou não. Perguntou qual era a força de ação que tinha a AMAL na Região e junto do Poder Central. Disse que a Região continua em vias de desenvolvimento e não é uma Região desenvolvida, como mostram os números, que são trabalhados com essa intenção. Considerou haver necessidade de uma política comum regional para a agricultura.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) disse que o documento apresentado espelha o que há muito consta em Planos e faz referência a projetos estruturantes para o Algarve e toca uma questão muito importante que é a da governança, sendo que a palavra



Fl. 74v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

mais correta seria “Regionalização”. Sobre esta questão, referiu que os algarvios não estão muito à vontade para falar da Regionalização, uma vez que aquando do referendo sobre a mesma, o “Não” tinha saído vencedor. Disse que parece que todos são regionalistas, mas por vezes surgem algumas dúvidas. Referiu que apesar de alguns entendidos considerarem Portugal como um dos Estados/Nação mais perfeitos do Mundo, não está a ser conseguido descentralizar a questão do Poder. Disse que a questão do intermunicipalismo não é referida no documento apresentado, e a mesma é muito importante, porque o facto dos Municípios trabalharem em conjunto, beneficia as populações.-----

-----O Sr. Alexandre Nunes (CDU) disse que se continua a não se fazer referência à água como um bem público, e isso é muito importante. Referiu que todos os empreendimentos de média e grande dimensão deveriam ser obrigados a fazer o tratamento das águas residuais e isto deveria ser assumido a nível de todo o Algarve. Disse que não foi feita uma campanha séria sobre a gestão da água e da mitigação dos efeitos da seca. Sobre a floresta disse ter verificado algo estranho, uma vez que a floresta é mais uma preocupação do que uma fonte de rentabilização, uma vez que o turismo natural tem cada vez mais procura.-----

-----O Sr. Carlos Glória (LCF) disse que por norma a habitação é concentrada nas zonas mais populacionais, o que considera um erro, uma vez que se habitação for feita fora dessas zonas, por certo os custos de construção e de aquisição serão bem mais baixos dos que se praticam atualmente e isso beneficiaria, principalmente, os jovens, o que iria igualmente trazer benefício para o emprego.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que a Constituição Portuguesa contempla a Regionalização, pelo que o facto de a mesma não avançar é uma negação de um preceito constitucional. Afirmou que não existe democracia sem Órgãos eleitos democraticamente. Disse que um dos graves problemas das Câmaras Municipais, atualmente, tem a ver com a renovação das redes de saneamento e de água, só que os Municípios só por si não se podiam candidatar a fundos comunitários, situação que está a aguardar por uma resolução da Assembleia da República, para ser revertida. Referiu que Sagres teve a sua importância, mas a “cidade mãe” dos Descobrimentos foi Lagos, pelo que considera que isso deveria ser valorizado no documento. Referindo-se ao período de seca que se verificou recentemente, disse que uma das zonas do Algarve que mais tinha sofrido com a mesma, tinham sido a dos Concelhos de Alcoutim e Castro Marim, pelo que considera urgente a construção de uma barragem a norte dos Concelhos referido, no sentido de precaver futuras situações de seca, assim como a construção de uma ponte internacional que ligue Alcoutim a Espanha. Disse que um outro projeto interessante é o Centro Náutico de Vela. Referiu ainda que um problema de fundo é saber para quem vai o dinheiro do próximo Quadro Comunitário, ou seja, se vai para os grandes grupos económicos ou se vai para o investimento público e municipal.-----

-----A Sra. Ana Margarida Martins (LCF) disse que, atualmente, é tão importante o turismo sol e praia como o turismo cultural, pelo que tem que haver uma aposta forte no turismo cultural, no Algarve, sendo que a mobilidade tem um grande peso



nessa aposta. Referiu que “Lagos, Cidade dos Descobrimentos”, deveria ser uma marca a apostar, uma vez que é forte e Lagos é o berço dos Descobrimentos.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) disse que os Órgãos dos municípios tomam posições unânimes sobre questões estruturais para o Algarve, no entanto na Assembleia da República, que é onde se toma as decisões finais, já não se verifica tal unanimidade, o que significa que o Algarve só poderia ter força se tivesse um Órgão eleito que pudesse reivindicar e que tivesse verbas próprias. Referiu que o orçamento da AMAL, é residual e não tem competências para realizar obra. Sobre a questão do petróleo no Algarve disse que uma forma de pressão para que tal prospeção não avançasse, seria a de todos os autarcas eleitos no Algarve fazerem chegar a mensagem que se demitiriam, no caso da prospeção avançar.-----

-----O Sr. José Jácome (PS) (2.º Secretário da Mesa) disse que, à medida que o tempo passa, o Algarve é cada vez mais uma Região periférica, uma vez que a Europa cresce para leste. Referiu que o Algarve está constantemente a ser enganado com a questão do PIB, uma vez que uma grande percentagem de quem vive e consome no Algarve, não está registada na Região, mas consome aqui. Disse que o facto da Inglaterra sair da União Europeia, não é desculpa para o Algarve não receber mais verbas. Referiu que existe o chavão de que “temos que salvar o planeta”, mas na realidade quem tem que ser salva é a espécie humana, para ter qualidade de vida no futuro.-----

-----O Sr. Fernando Ildefonso (LCF) perguntou o que a AMAL fez pela água, pelo hipotética exploração de hidrocarbonetos, quais as ideias que têm para uma habitação sustentável, sendo estes temas transversais a todo o Algarve.-----

-----O Sr. Primeiro Secretário da AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve, Joaquim Brandão Pires, disse que tinha sido com muito gosto que tinha participado na presente Sessão da Assembleia Municipal de Lagos, tendo a mesma sido muito mais produtiva do que as anteriores, onde também participou no âmbito do documento em causa. Agradeceu todos os contributos dados. Disse que o documento apresentado é um documento de partida, pelo que o mesmo se encontra aberto no sentido de receber contributos. Referiu ser importante existir um consenso para que se defina, por todos os intervenientes, o que é mais importante para a Região. Disse que todo este trabalho deverá gerar dois documentos, contendo um, as propostas essenciais que a AMAL deve passar ao Governo e um outro que reunisse todos os contributos dados. Disse que o grande exercício do planeamento não é por coisas nos planos, mas sim o cortar. Informou que os contributos deverão ser enviados para AMAL até ao fim do mês de julho, no sentido de ser elaborado o documento mais curto, sendo que para a elaboração do documento mais extenso vai ser necessário mais tempo.-----

-----A Sra. Presidente da Câmara Municipal, Maria Joaquina Matos, reforçou o que alguns Deputados Municipais referiram, recordando o esvaziamento de competências dos Órgãos desconcentrados do Estado na Região a que se tem assistido. Referiu a importância e a necessidade de se voltar a colocar em cima da mesa o debate sobre a Regionalização, como única possibilidade de se dotar o Algarve de Órgãos que se consigam afirmar perante Lisboa e defender os interesses



Fl. 75v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
LAGOS

das populações, seja no que diz respeito à programação do Quadro Comunitário, seja relativamente a outras matérias. Terminou dizendo que a luta contra a prospeção de hidrocarbonetos tem sido muita, mas não sabe se a mesma irá ter sucesso, apesar de continuar até ao último dia.-----

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa, eram 23 horas e 51 minutos, declarou encerrada a Sessão.-----

-----Da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, Sónia Cristina Ramos Pires Guimarães de Melo, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com o seu Presidente, Sr. Paulo José Dias Morgado.-----
